

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTEIO

RESOLUÇÃO Nº 58

Define o valor das parcelas da remuneração dos vereadores para o mês de maio de 1992, e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTEIO.

Faz saber, em cumprimento ao disposto no art. 4º do Decreto Legislativo nº 208, de 25 de outubro de 1988, com a redação que lhe deu o Decreto Legislativo nº 243, de 24 de janeiro de 1991, que ela aprova e promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º. O valor do subsídio do vereador e o valor da remuneração de cada uma das sessões da Câmara Municipal, no mês de maio de 1992, serão os estabelecidos pelo Decreto Legislativo nº 208, de 25 de outubro de 1988, a seguir definidos:

§ 1º. O subsídio mensal será de dois milhões, setecentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e um cruzeiros e sete centavos (R\$ 2.746.971,07), correspondente a 20% da remuneração normal do Deputado Estadual, no mesmo mês de maio de 1992 (R\$ 13.734.855,36).

§ 2º. A parte fixa do subsídio será de novecentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta e sete cruzeiros e três centavos (R\$ 915.657,00) e a parte variável será de um milhão, oitocentos e trinta e um mil, trezentos e quatorze cruzeiros e quatro centavos (R\$ 1.831.314,04), correspondentes, respectivamente, a 1/3 e 2/3 do subsídio mensal do vereador.

§ 3º. Cada sessão extraordinária da Câmara Municipal será remunerada com a quantia de quatrocentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e vinte e oito cruzeiros e cinquenta e um centavos (R\$ 457.828,51).

Art. 2º. Ocorrendo alteração da remuneração do Deputado Estadual, relativamente ao mês de maio de 1992, o valor do subsídio e o das sessões, serão automaticamente reajustados nos mesmos índices, assegurando ao vereador o direito de percepção da diferença.

Art. 3º. A remuneração do vereador não poderá exceder ao va-



CÂMARA MUNICIPAL DE ESTEIO

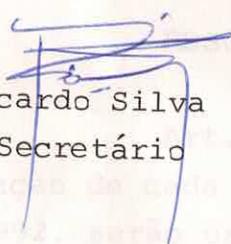
.....

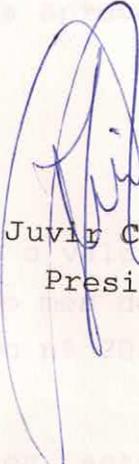
lor da remuneração do Prefeito Municipal, no mesmo mês de maio de 1992, devendo fazer-se a redução para que não exceda o limite.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de maio de 1992.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Esteio, 13 de maio de 1992.


Ricardo Silva
Secretário


Juvir Costella
Presidente